

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMEIROS OBSTETRAS A PARTURIENTES NOS CENTROS DE PARTO NORMAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Natally Calixto Lucena (1); Joyce Felix da Silva (1); Mayse Cristelle de Sales Mélo (2);  
Maine Dayane Martins Lins (3).

(1) *Discente do curso de enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.*  
*E-mail: natally\_calixto@hotmail.com*

(1) *Discente do curso de enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.*  
*E-mail: joycefe.07@gmail.com*

(2) *Discente do curso de enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.*  
*E-mail: mayse.csm14@hotmail.com*

(3) *Discente do curso de enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.*  
*E-mail: md\_maine@hotmail.com*

### RESUMO

**Objetivo:** Conhecer as responsabilidades e as práticas de cuidados que podem ser fornecidas por enfermeiros obstétricos no âmbito dos Centros de Parto Normal. **Metodologia:** o estudo trata-se de uma revisão integrativa do tipo descritiva e exploratória de 04 artigos selecionados, no idioma português, entre os anos de 2010 a 2017, bases de dados SciELO, LILACS e IBECs. **Resultados e Discussão:** Com a inserção das(os) enfermeiras(os) obstetra na unidade CPN, o cuidado passou a ser compartilhado com a equipe médica, iniciando um processo de transição no modelo tradicional até então predominante. O mistério da saúde colocou como um dos requisitos para o funcionamento do CPN a garantia de que a condução da assistência ao parto de risco habitual, pós-parto fisiológico e cuidados com Recém-Nascido (RN) sadio, da admissão à alta, fossem realizados por obstetriz ou por EO. Diante da assistência direta ao parto normal, devido ao aumento da visibilidade dessas profissionais, é natural que fiquem sujeitas a maiores responsabilizações, carecendo de preparo em todos os aspectos, desde a formação técnica adequada até o conhecimento dos reflexos legais de seus atos. **Conclusão:** Percebe-se a necessidade de Políticas Públicas que incentivem a realização do parto normal, bem como, um maior enfoque na atuação do enfermeiro obstetra durante todo o processo.

**Descritores:** Enfermagem; Gravidez; Parto Normal.

### INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza uma taxa de 15% para realização de partos cesáreos, porém no Brasil esse valor já foi bastante ultrapassado, chegando a atingir mais de 50% do total de partos, sendo o setor privado o maior responsável pela realização de cesarianas. Esta situação se deve à hospitalização do parto e a realização de intervenções que muitas vezes são desnecessárias, além do desvio do protagonismo no momento do nascimento para os profissionais e não a mãe e seu bebê (FRANK, 2013).

Surge então a necessidade de reduzir os índices de partos cesáreos no país. As políticas públicas do Brasil incentivam a realização do

parto normal, inclusive com atuação de enfermeiros obstétricos durante todo o processo. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) por meio da Resolução 0516/2016 em seu Art. 1º:

“Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência [...]”

Diante do aumento da visibilidade desses profissionais e da assistência direta prestada ao parto normal, os Enfermeiros Obstetras e Obstetrixes estão sujeitos as maiores responsabilizações, sendo necessária boa preparação e formação em vários aspectos, que vai desde habilidades técnicas à própria humanização do cuidado (WINCK, 2012).

O Ministério da Saúde (MS) instituiu em 2011 no Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha, por meio da Portaria Nº 1.459, a qual consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis.

Os Centros de Partos Normais foram pensados e criados com o objetivo de fornecer uma assistência humanizada e de qualidade às mulheres, garantindo sua participação ativa no parto, conhecimento do funcionamento do próprio corpo, reconhecimento e controle das dores, ou seja, tornando-as protagonistas de todo o seu processo e a partir da Portaria nº 11, de 7 de Janeiro de 2015 foram redefinidas as diretrizes do Centro de Parto Normal no SUS, onde foi considerada [...] a necessidade de superação do modelo biologicista e medicalizante de atenção ao parto [...] e implementação de medidas para redução da taxa de cesarianas no país, dispondo sobre o atendimento à mulher e ao recém-nascido no parto, além do financiamento e custeios.

Diante das necessidades de alcançar as mudanças para um parto humanizado e assistência de qualidade, respeitando os preceitos da rede Cegonha, é necessário reconhecer as responsabilidades e as práticas de cuidados que podem ser fornecidas por enfermeiros obstetras no âmbito dos Centros de Parto Normal (MEDEIROS *et al*, 2016).

## **METODOLOGIA**

O desenho do estudo é definido como uma revisão integrativa do tipo descritiva e exploratória, em que há uma análise qualitativa de dados secundários obtidos a partir da produção bibliográfica da temática estudada.

A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Apresenta seis fases para sua elaboração, que são: formação da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (SOUSA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A pergunta norteadora para a elaboração da revisão integrativa foi: Qual a assistência prestada as parturientes pelos enfermeiros obstétricas nos centro de parto normal?

Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos originais na íntegra, disponíveis gratuitamente e aqueles publicados entre 2010 a 2017, envolvendo seres humanos; nos idioma português; disponíveis nas principais bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e IBECs (Índice Bibliográfico de Espanhol em Ciências da Saúde);

Foram excluídos os estudos que estavam em duplicidade na mesma ou em outra base de dados, aqueles que não abordavam a temática como eixo central e os que eram revisão bibliográfica.

O levantamento bibliográfico foi realizado em abril de 2018. Os termos utilizados para a busca selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foi “Enfermagem” e “Gravidez” e “Parto Normal” combinados por meio do conector booleano “AND”.

Foram encontrados um total de 37 artigos com a adição dos filtros, sendo LILACS (33), MEDLINE (4) e IBECs (1). Após a leitura dos respectivos resumos, 04 artigos atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos, e foram incluídos na presente revisão integrativa. Assim sendo, na análise qualitativa das variáveis revisadas se fez comparações às literaturas conhecidas previamente pelos autores, de modo a tornar mais fácil a explicação e discutir melhor o assunto.

Para embasar esse trabalho, todos os pesquisadores ponderaram sobre as diretrizes éticas

contidas na resolução nº 311/2007 destinada a dispor a propósito do ensino, da pesquisa, e da produção técnico-científica (COFEN 2007).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos encontrados na revisão integrativa foram publicados entre os anos de 2010 a 2016. O país de publicação foi o Brasil (4). Os estudos foram realizados em Centros de Parto Normal situados em hospitais. A quantidade da população estudada foi entre os valores de 11 a 30 pessoas, sendo um estudo com uma amostra de 701 partos normais. Quanto aos tipos de estudo dos artigos abordados foram: estudo qualitativo, pesquisa qualitativa e estudo transversal.

Quadro 1. Artigos levantados nas bases de dados LILACS, MEDLINE e IBICS sobre: Assistência de enfermeiros obstétricas a parturiente nos centros de parto normal.

Autor e Ano	Objetivo	Método	Resultados encontrados
WINCK et al., 2012.	Identificar o conhecimento das enfermeiras obstétricas em relação à responsabilidade profissional na assistência ao parto.	Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória. Foram entrevistadas 11 enfermeiras que atuavam na assistência ao parto em hospitais e/ou domicílio no estado de Santa Catarina, entre março e agosto de 2009.	Verificou-se que as enfermeiras conhecem pouco a respeito das repercussões legais do erro. Ao assumir a assistência ao parto, devem dedicar total atenção aos limites da competência e à prevenção de erros previsíveis, tendo em mente que assumirão também a responsabilização por suas falhas.

<p>SILVA;NASCIMENTO; COELHO,2015.</p>	<p>Conhecer as práticas de cuidado utilizadas por enfermeiras implicadas nos processos autonomia, dignificação e participação de mulheres durante o parto normal.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo, desenvolvida com 30 mulheres que tiveram o parto realizado em um Centro de Parto Normal de Salvador - BA. Para subsidiar a análise foi utilizado o conceito de autonomia.</p>	<p>As práticas dignificantes foram: o acolhimento; a promoção da presença de acompanhante, bem como, de ambiente adequado para o cuidado; e a transmissão de calma e segurança às mulheres. Para o processo de autonomia destacaram-se a promoção de relações pessoais livres de coerção; e a facilitação no acesso às informações; não deixando de estimular a participação ativa das mesmas.</p>
<p>MEDEIROS et al., 2016.</p>	<p>Analisar a assistência prestada em uma unidade de Pré-parto/Parto/Pós-parto (PPP) de um hospital de ensino após a inserção de enfermeiras obstétricas.</p>	<p>Estudo transversal, realizado em uma unidade de PPP de um hospital de ensino da capital do estado de Mato Grosso. A amostra foi composta por dados relativos a 701 partos normais ocorridos entre os anos de 2014 e 2016. Os dados foram organizados com uso do software Excel e analisados no Epi Info versão 7.</p>	<p>Os resultados sugerem que a inserção das enfermeiras obstétricas contribuiu para a qualificação do cuidado prestado ao parto e ao nascimento, uma vez que ocorreu a redução de intervenções, tais como a episiotomia e as cesarianas, havendo o incentivo ao uso de práticas que não interferem na fisiologia do processo parturitivo, gerando bons resultados perinatais.</p>

<p>NASCIMENTO et al., 2010.</p>	<p>Identificar as atitudes e práticas de enfermeiras obstétricas e discutir seus efeitos durante o trabalho de parto na percepção de mulheres, atendidas em uma casa de parto.</p>	<p>A pesquisa de natureza qualitativa, tipo descritiva. Fizeram parte do estudo 12 mulheres, tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada.</p>	<p>A análise dos dados evidenciou que as mulheres reconheceram a atitude carinhosa e práticas como a livre movimentação corporal e o estímulo à presença de um acompanhante como as principais tecnologias não invasivas utilizadas durante o trabalho de parto.</p>
---------------------------------	--	--	--

A partir do fim da década de 1970, o modelo de saúde vigente no Brasil começou a receber diversas críticas dos movimentos de mulheres e de outros setores da sociedade, a partir do entendimento do impacto das relações de gênero na saúde da mulher. Questiona-se o modelo de assistência obstétrica, predominante caracterizado, entre outros aspectos, pela institucionalização do parto centrado em atos médicos e no uso rotineiro de práticas intervencionistas desnecessárias (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015).

De acordo com (MEDEIROS, et AL 2016) Mais recentemente, a Rede Cegonha, instituída pelo MS no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), propôs a criação de uma rede de cuidados que visa a assegurar à mulher o direito à atenção humanizada durante todo processo reprodutivo e à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis.

Diante disso, destaca-se a criação de Centros de Parto Normal (CPN) como alternativa para a efetivação desse novo modelo de atenção obstétrica. O Ministério da Saúde, para estimular a criação desses centros, baseou-se em experiências positivas em países que fornecem autonomia às enfermeiras no cenário do parto normal, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015).

Nas palavras de (WINCK; 2012) Ao assumir seu papel de direito na assistência ao parto, a enfermeira obstétrica deve ter em mente que precisará assumir também a possibilidade de responsabilização por falhas da assistência. A conquista de espaços traz

consgo consequências, e nenhum profissional deve considerar-se infalível.

Com a inserção das enfermeiras obstétricas na unidade CPN, o cuidado passou a ser compartilhado com a equipe médica, iniciando um processo de transição no modelo tradicional até então predominante. Nessa nova organização, as parturientes de risco habitual e RNs saudáveis são acompanhadas pelas EOs e/ou médicos residentes em obstetrícia e pediatria (MEDEIROS, et al., 2016).

A enfermeira obstétrica, no exercício de sua profissão, responde por seus atos e está sujeita à responsabilização civil, penal e ético-administrativa. Ao Poder Judiciário cabe a apuração dos fatos relacionados às responsabilidades civil e penal, enquanto o Conselho de Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (CORENs), norteados pelo Código de Ética dos profissionais de enfermagem, tratam das questões relacionadas à responsabilidade ética (WINCK, 2012).

Para (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015) O processo de parturição é um momento na vida da mulher que ela se encontra em situação de vulnerabilidade devido as dores, os desconfortos físicos, a ansiedade, as dúvidas e os anseios, podendo levá-la a expressar sentimentos negativos que influenciarão prejudicialmente no desfecho do parto. As enfermeiras obstétricas de um CPN, no atendimento a essa, deverão desenvolver ações em prol de uma assistência individualizada, acolhedora, eficiente, em um ambiente que favoreça o desenvolvimento das práticas de cuidado, sob a ótica da integralidade.

Deste modo, segundo (NASCIMENTO et al., 2012) o conceito de atenção humanizada ao parto envolve um conjunto de conhecimentos, práticas e atitudes que visam à promoção do parto e do nascimento saudáveis e a prevenção da morbimortalidade materna e perinatal. Nessa concepção, a humanização tem como foco a qualificação da atenção, envolvendo o respeito e a promoção dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, e, por outro, a formação de profissionais que implantem práticas baseadas nas evidências científicas em ambientes com instalações físicas adequadas e recursos tecnológicos disponíveis.

Quando uma profissional atende uma parturiente, aquela deve estabelecer uma relação de confiança com essa, de forma a tranquilizá-la e fortalecer sentimentos positivos. Para estabelecer essa relação, é necessário que a profissional demonstre, por meio de informações, as melhores condutas indicadas caso a

caso, sempre individualizando o cuidado direcionado, não apenas à gestante, mas também à família e acompanhante(s). Entretanto, humanizar uma assistência exige não apenas empregar técnicas no atendimento, mas também mudar a cultura assistencial tecnicista. É preciso que o cuidado seja baseado nas evidências científicas, com comprovação dos benefícios para as mulheres (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015).

Nessa concepção, a enfermeira obstétrica, ao implantar suas práticas obstétricas nos serviços de saúde com a proposta de humanização recomendada pela OMS, coloca à disposição das usuárias um conhecimento profissional específico, caracterizado por ser essencialmente relacional e derivado de um saber estruturado da enfermeira. Também é aberta porque integra saberes populares e de diversas disciplinas na construção do cuidado. Por ter como instrumentos básicos os corpos, proporciona conforto e autonomia ao incentivar as mulheres a reconhecerem e desenvolverem suas próprias habilidades (NASCIMENTO et al., 2012).

Sendo assim, segundo (MEDEIROS, et AL 2016) o mistério da saúde colocou como um dos requisitos para o funcionamento do CPN a garantia de que a condução da assistência ao parto de risco habitual, pós-parto fisiológico e cuidados com Recém-Nascido (RN) sadio, da admissão à alta, fossem realizados por obstetriz ou por EO.

Conforme (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015) pesquisas confirmam que a enfermeira obstétrica é uma profissional comprometida e qualificada que proporciona dignidade, segurança e autonomia, resgatando o parto como um evento fisiológico. Quanto mais essas profissionais se atualizam por meio de cursos de aperfeiçoamento, melhor tende a ser o seu desenvolvimento profissional. Para que um cuidado seja implementado as enfermeiras necessitam ter conhecimento sobre as práticas e intervenções utilizadas e também o impacto que esses procedimentos podem causar nas mulheres, atentando-se para os possíveis efeitos deletérios.

O suporte fornecido por enfermeiras durante o trabalho de parto dignificou o cuidado de enfermagem e evidenciou que a sua atuação em CPN deve ser valorizada, visto que nesse local elas têm mais autonomia para atuarem (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015).

Para (NASCIMENTO et al., 2012) isso significa que a enfermeira obstétrica é um agente estratégico no estímulo ao parto normal,

particularmente quando sua prática humanística é potencializada por modelos assistências orientados pela humanização e pela utilização de práticas baseadas em evidências científicas.

Diante da assistência direta ao parto normal, (WINCK, 2012) afirma que devido ao aumento da visibilidade dessas profissionais, é natural que fiquem sujeitas a maiores responsabilizações, carecendo de preparo em todos os aspectos, desde a formação técnica adequada até o conhecimento dos reflexos legais de seus atos.

## **CONCLUSÃO**

Com as mudanças no cenário de partos no mundo e principalmente, no Brasil, surge a necessidade de diminuir os números de cesarianas no país; a OMS preconiza que os índices de partos cesarianos no Brasil devem ser reduzidos para 15%.

Assim, surge a necessidade de Políticas Públicas que incentivem a realização do parto normal, surgindo também um maior enfoque na atuação do enfermeiro obstetra durante todo o processo. Sendo assim, os Centros de Partos Normais, como uma alternativa que foram pensados e criados com o objetivo de fornecer uma assistência humanizada e de qualidade às mulheres, garantindo sua participação ativa no parto, tornando-as protagonistas de todo o seu processo.

Diante das necessidades de alcançar as mudanças para um parto humanizado e assistência de qualidade, é necessário reconhecer as responsabilidades e as práticas de cuidados que podem ser fornecidas por enfermeiros obstetra no âmbito dos Centros de Parto Normal, sendo necessário, uma boa formação e qualificação desses profissionais.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Resolução COFEN N° 0516/2016, de 24 de junho de 2016. Conselho Federal de Enfermagem, Brasília, DF, junho de 2016. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05162016\\_41989.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05162016_41989.html)>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html)>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 11, de 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0011\\_07\\_01\\_2015.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0011_07_01_2015.html)>

FRANK, Tatianne Cavalcanti; PELLOSO, Sandra Marisa. A percepção dos profissionais sobre a assistência ao parto domiciliar planejado. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p.22-29, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472013000100003)>.

MEDEIROS, Renata Marien Knupp et al. Cuidados humanizados: a inserção de enfermeiras obstétricas em um hospital de ensino. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 69, n. 6, p.1091-1098, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672016000601091](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000601091)>.

NASCIMENTO, Natália Magalhães do et al. Tecnologias não invasivas de cuidado no parto realizadas por enfermeiras: a percepção de mulheres. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.456-461, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452010000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452010000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.

SILVA, Andréa Lorena Santos; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Nurses practices to promote dignity, participation and empowerment of women in natural childbirth. Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p.424-431, 2015. GN1 Genesis Network. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452015000300424](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000300424)>.

WINCK, Daniela Ries; BRÜGGEMANN, Odaléa Maria; MONTICELLI, Marisa. A responsabilidade profissional na assistência ao parto: discursos de enfermeiras obstétricas. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.363-370, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452012000200022&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000200022&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>.